

Vagner Fabricio Vieira Flausino

ARBITRAGEM
NOS CONTRATOS DE
CONCESSÃO DE SERVIÇOS
PÚBLICOS E DE PARCERIA
PÚBLICO-PRIVADA

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-4998-8

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Flausino, Vagner Fabricio Vieira.

F587 Arbitragem nos contratos de concessão de serviços públicos e de parceria público-privada./ Vagner Fabricio Vieira Flausino./ Curitiba: Juruá, 2015.
150p.

1. Arbitragem comercial. 2. Contratos. 3. Serviço público. I. Título.

CDD 346.023(22.ed.)
CDU 347.72

000172

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	17
1 A REFORMA DO ESTADO E A NOVA CONTRATUALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	19
1.1 A Reforma do Estado e a Evolução dos Modelos de Administração Pública.....	20
1.2 O Conceito e as Formas de Execução dos Serviços Públicos no Brasil	27
1.3 Contratos de Concessão de Serviços Públicos e de Parceria Público- -Privada	31
1.3.1 Contrato de Concessão de Serviços Públicos.....	33
1.3.2 Contrato de Parceria Público-Privada (PPP).....	41
1.4 A Previsão de Mecanismos Privados de Solução de Litígios nos Contratos de Concessão e de Parceria Público-Privada	47
2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ARBITRAGEM NO BRASIL.....	51
2.1 A Arbitragem no Contexto Internacional.....	51
2.2 A Evolução Histórica da Arbitragem no Brasil.....	58
2.3 Vantagens da Arbitragem.....	65
2.3.1 Escolha, especialidade e neutralidade do árbitro.....	65
2.3.2 Eficiência, celeridade e flexibilidade procedimental	71
2.3.3 Liberdade na escolha das normas aplicáveis ao contrato e o julgamento por equidade.....	74
2.3.4 Confidencialidade (cláusula de sigilo).....	76
2.3.5 Desnecessidade de homologação judicial, limitação recursal e caráter definitivo da sentença arbitral (coisa julgada).....	77

2.4	Princípios Norteadores do Processo em Geral e Específicos do Procedimento Arbitral Brasileiro (Lei 9.307/96).....	80
2.5	Requisitos da Arbitragem.....	86
3	COMPATIBILIZAÇÃO DA ARBITRAGEM AO REGIME JURÍDICO DE DIREITO PÚBLICO	91
3.1	A Arbitragem e os Princípios da Supremacia do Interesse Público e da Indisponibilidade do Interesse Público: Uma Conciliação Possível.....	92
3.2	A Arbitragem e o Princípio da Legalidade.....	100
3.3	Autonomia da Vontade da Administração Pública e o Respeito à Estrita Legalidade.....	103
3.4	A Patrimonialidade como Requisito da Arbitragem.....	107
3.5	Princípio da Publicidade e a Cláusula de Sigilo	108
4	ADEQUAÇÕES PROCEDIMENTAIS NECESSÁRIAS PARA O EMPREGO DA ARBITRAGEM NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA.....	113
4.1	Previsão Expressa no Edital de Licitação.....	114
4.2	Início do Procedimento Arbitral.....	117
4.3	A Escolha do(s) Árbitro(s) e o Procedimento a ser Adotado no Processo de Arbitragem	118
4.4	Contratação e Despesas com o Processo Arbitral.....	120
4.5	Escolha do Local da Arbitragem e Idioma a ser Utilizado	123
4.6	Vedação de Julgamento por Equidade.....	125
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	REFERÊNCIAS	131
	ÍNDICE ALFABÉTICO	139